





5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE MODERNIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DE 8 ELEVADORES QUE ENTRE SI CELEBRAM TK ELEVADORES BRASIL LTDA E O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPE PREV.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPE Prev. Autarquia Previdenciária Estadual, com sede nesta Capital, na Av. Borges de Medeiros, nº 1945, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.829.100/0001-43, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, José Guilherme Kliemann, RG nº 6024898014, CPF nº 551.155.940-72, domiciliado nesta capital, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, TK ELEVADORES BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 2862, andar 2, bairro Floresta, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 90.347.840/0051-87, representada neste ato por Matheus Cidade Machado, brasileiro, solteiro, maior, inscrito no CPF sob número 854.785.470-34, portador da cédulo de identidade número 4114259882, expedida pela SSP/RS; e Maximiliano Szelbracikoski Antunes, brasileiro, solteiro, maior, inscrito no CPF sob número 977.087.980-00, portador da cédula de identidade número 4073414692, expedida pela SJS/RS; com poderes outorgados por Procuração Pública nº 7.404, firmada em 28/06/2024, no Livro nº 094, da Folhas nº 075-077, do 9º Tabelionato, Município de Porto Alegre/RS, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2020, instruído no processo administrativo n° 23522-2442/15-3 e 20/2442-0001116-6, sujeitando-se as partes à legislação pertinente, conforme referidas no contrato de origem, no §5º do art. 79 da Lei nº 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem como objeto **PRORROGAÇÃO** do cronograma de execução do Contrato nº 02/2020, sem ônus financeiro para o Contratante, em decorrência da paralização da prestação dos serviços pela Contratada, verificada durante a calamidade pública e período subsequente.

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE Prev Chave: 2024/Gerência de Administração 2/Setor de Compras e Contratos - DAF CRC: 40.352 Avenida Borges de Medeiros, 1945 – 90.110-900 – Porto Alegre – RS

Verificado em 15/04/2025 11:02:43

51 3210-5860 www.ipe.rs.gov.br

Página 1 de 3









CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

- 2.1 Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado o cronograma de execução do Contrato 02/2020 por 170 (cento e setenta) dias, a contar de 14/04/2025, sem ônus financeiro para o Contratante, conforme o §5º do art. 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações, em decorrência da paralização da prestação dos serviços pela Contratada, verificada durante a calamidade pública e período subsequente.
- 2.2 Em razão da prorrogação do cronograma de execução, o Contrato 02/2020 passa a ter vigência até 30/09/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

3.1 Ficam ratificados os demais termos, cláusulas e condições estipuladas no contrato inicial.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em **03 (três) vias** de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Porto Alegre,	de	de 2025.	
CONTRATANT	E		CONTRATADA
Instituto de Pre	evidência do E	stado do	TK ELEVADORES BRASIL LTDA
Rio Grande do	Sul – IPE Prev	1	
Testemunhas:			

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE Prev Chave: 2024/Gerência de Administração 2/Setor de Compras e Contratos - DAF CRC: 40.352 Avenida Borges de Medeiros, 1945 – 90.110-900 – Porto Alegre – RS

Verificado em 15/04/2025 11:02:43

51 3210-5860 www.ipe.rs.gov.br 2 Página 2 de 3



3515







Nome do arquivo: Contrato 02 2020 05 Termo Aditivo v3.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICAÇÃO	
Matheus Cidade Machado		GMT-03:00 85478547034	govbr	~
Maximiliano Szelbracikowski Antunes	10/04/2025 13:28:49 (GMT-03:00 97708798000	gov.br cades	✓
Jose Guilherme Kliemann	15/04/2025 10:24:30 (GMT-03:00 55115594072	ICP DE CAMES	✓

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020. Para conferir a autenticidade do documento informe CHAVE 20244200010166008563673620250409 e CRC 40.3523.8084, em: https://secweb.procergs.com.br/pra-aj4/proaconsultapublica.

Verificado em 15/04/2025 11:02:43

Página 3 de 3

